



XXXV CONGRESSO NACIONAL
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

Acima de tudo!
Portugal



Pedro Passos Coelho



EMBARGO DE DIVULGAÇÃO ATÉ ÀS 21:00 DE 17.01.2014

PORTUGAL ACIMA DE TUDO!

ÍNDICE:

- 1. Introdução**
- 2. O Futuro Pós-Troika**
- 3. Prosseguir O Caminho Das Reformas Estruturais E Da Reforma Do Estado**
- 4. A Concretização Da Agenda Para O Crescimento E O Emprego**
- 5. Uma Agenda Para A Natalidade**
- 6. O Novo Ciclo Político Eleitoral**
- 7. Os Quarenta Anos Da Democracia Portuguesa E Do Partido Social Democrata**

1. Introdução

Nunca como agora a frase de Sá Carneiro - “Primeiro o País, depois o Partido e por fim a circunstância pessoal de cada um de nós” – foi tão inspiradora e tão pertinente. O País está prestes a sair da situação excepcional de emergência que marcou a sua vida nestes últimos três anos. Foram anos muito exigentes e de grandes dificuldades para todos os Portugueses. Foram também anos de muita determinação social e política para executar um Programa de Assistência Económica e Financeira que, apesar da sua dureza, nos permitiu ter acesso a financiamento oficial e dispor de tempo para realizar importantes reformas e corrigir desequilíbrios muito grandes no plano económico e financeiro, garantindo que o Estado não chegasse a faltar às suas obrigações no plano social e do seu próprio funcionamento.

Durante todo este período fomos confrontados com as nossas deficiências estruturais no plano económico e institucional e tomámos consciência, da pior maneira possível, do preço a suportar pela falta de rigor na administração da coisa pública, pelo disfarce político ou pela pura negação dos graves problemas económicos e financeiros e pelo adiamento de respostas corajosas às causas profundas dos nossos problemas colectivos.

Aprendemos à nossa custa que a riqueza e o desenvolvimento não são uma consequência natural e óbvia do dispêndio significativo de recursos e do acesso facilitado ao financiamento. Aprendemos forçosamente a prestar mais atenção à forma como nos organizamos e como aplicamos os escassos meios de que dispomos. Aprendemos que um crescimento financiado por excesso de dívida tem não apenas limites como impõe severos constrangimentos tanto no presente como para futuro, expressos nos custos muito gravosos que entravam a realização das políticas sociais e dificultam a preservação e a provisão de padrões adequados de bem-estar social. O elevado desemprego, a redução dos rendimentos e a enorme carga fiscal foram a tradução mais vulgarizada desta realidade, cujas marcas demorarão ainda bastante tempo a dissipar.

Confrontados com a realidade, aprendemos também como é decisivo dispor de uma base confiável para enfrentar a incerteza e a ansiedade geradas pela crise, agravadas pelo discurso negativo e destrutivo que se alimentou dos efeitos da crise e pretendeu confundir os nossos males com os remédios que necessitámos de usar. Aprendemos, por isso, a valorizar eticamente a acção, mesmo quando era contrária às nossas preferências, em detrimento do ressentimento ou do pessimismo. Precisámos muitas vezes de questionar os “direitos adquiridos”, menos pela conveniência em corrigir injustiças relativas e mais pela necessidade

imperiosa de salvaguardar o possível e o essencial. Desafiámos frequentemente a normalidade e o trivial para responder à excepcionalidade e à emergência.

Contudo, durante todo este tempo excepcional a imposição de decidir e de agir nunca tolheu a nossa visão personalista e humanista de preservar e salvaguardar socialmente os mais desprotegidos, nem de inovar nos mecanismos de protecção aos fenómenos de precariedade. Estabelecemos uma aliança estratégica com as organizações de solidariedade que marca um novo tempo. Marca uma nova relação de cumplicidade e respeito mútuo geradores de equilíbrios sociais e de uma sociedade mais interventiva, inclusiva e assertiva.

O PSD no governo deu uma nova dimensão e um novo impulso para que a economia social se afirmasse e adquirisse dignidade estratégica nacional, o que foi reconhecido não só pela Lei de Bases da economia social - ou pela conta satélite da mesma -, mas particularmente pela clara afirmação do papel que poderá desempenhar na execução do próximo Quadro comunitário Portugal 2020.

Com a nossa intervenção governativa, salvaguardou-se e preservou-se um Estado social ameaçado e garantiu-se que os serviços públicos de saúde, educação e apoio social nunca deixassem de cumprir com intensidade o seu papel insubstituível.

Importa recordar que na área da saúde, a par do pagamento de dívidas astronómicas e de racionalização da gestão da rede - nomeadamente, alargando-a - foi possível aumentar os diversos níveis de atendimento à população e ainda garantir um gradual mas firme reequilíbrio das contas do sector.

Num momento de grande constrangimento financeiro nunca deixámos de olhar para os grupos sociais mais vulneráveis como os idosos, as crianças e as pessoas com deficiência.

Durante estes três anos sempre garantimos o aumento das pensões mínimas na Segurança Social, repondo justiça onde tantas vezes o esquecimento materializado no congelamento das mesmas foi fomentador de desigualdades indesculpáveis. Mas também atendemos à necessidade de dotar o abono de família de regras mais flexíveis que respeitassem a realidade substantiva que as famílias viviam permitindo desta forma maior justiça no acesso a esta prestação.

Por fim, não podemos esquecer o importante alargamento da rede de acordos de cooperação com o sector solidário para garantir que as respostas sociais na área da deficiência adquirissem um novo fôlego.

A par desta preocupação de socialmente não falharmos junto dos mais vulneráveis encetámos uma guerra feroz à fraude no âmbito das funções sociais do Estado. O rigor na gestão, a racionalidade da acção juntamente com a exigência de controlo e de fiscalização dos recursos públicos entraram no léxico da administração destes sectores sociais.

Ao completar estes três anos de ajustamento, sabemos que os Portugueses fizeram muito por merecer as boas notícias que começam a aparecer nos dados oficiais. Essas notícias mostram:

- Um desempenho muito positivo das empresas portuguesas que se voltaram para a exportação de bens e serviços, que tem crescido continuamente nestes três anos (atingindo um valor superior a 40% do PIB) a um dos maiores ritmos no espaço da União Europeia. E isto apesar da adversidade enfrentada no plano interno, com custos comparados mais pesados no acesso a financiamento, e no plano externo, com quebra de procura na União Europeia em razão da recessão generalizada;
- Uma mudança de perfil estrutural da economia portuguesa trazido pelas exportações líquidas, permitindo-nos apresentar um resultado histórico, pela primeira vez em muitas décadas, marcado por uma posição excedentária sobre o exterior, significando que o País parou em termos líquidos de se endividar perante o exterior, contrastando com a década anterior (de 2000 a 2010) em que se endividou à razão média de quase 10% ao ano;
- Uma tendência ainda ligeira mas continuamente descendente da taxa de desemprego, que registou um nível máximo de 17,6% em Janeiro de 2013 e deslizou para 15,5% em Novembro de 2013, isto apesar do ligeiro aumento da população activa registado a partir do 2º trimestre desse ano;
- Uma tendência também ligeira mas positiva da evolução do emprego, que registou um aumento de 1,2% no 3º trimestre de 2013 face ao trimestre anterior (o maior na EU) e que significou, nesses dois trimestres, uma criação líquida de perto de 120 mil empregos;
- A inversão de tendência na actividade económica ocorrida no 2º trimestre de 2013, com o PIB a registar o maior crescimento em cadeia na EU face ao trimestre anterior e situando-se no dobro da média da Zona Euro no 3º trimestre desse ano. Espera-se, nesta sequência, que no último trimestre do ano de 2013 se tenha registado, pela primeira vez desde 2010, um crescimento homólogo trimestral do PIB face a 2012 e um resultado em termos de recessão económica razoavelmente inferior à estimativa corrigida pelo governo e pela Troika (-2,3% estimado na 7ª avaliação e corrigido para -1,8% na 8ª/9ª avaliações);

- Em particular, tanto o sector do turismo como a agricultura registaram crescimentos homólogos superiores a 7% e a 8% respectivamente, com a nota relevante de que, no caso da agricultura, estes três anos de investimento contrastaram com a tendência que dominou muitos anos, tendo-se registados ganhos de produtividade e de emprego dos mais significativos quando comparado com outros sectores económicos;
- Os níveis de confiança, tanto de investidores como de consumidores, apresentam uma recuperação para níveis próximos dos registados antes da eclosão da crise, enquanto as taxas de juro dos títulos de dívida portuguesa, nos diversos prazos, evidenciam uma queda para valores pré-crise, fazendo regressar ao mercado de emissão de dívida agentes financeiros importantes sem cuja confiança seria difícil dispensar a ajuda oficial;
- O combate ao défice público, dificultado pelos tempos recessivos, tem registado uma evolução favorável. Nos últimos três anos, o défice estrutural primário recuou quase 7 pontos percentuais. Não dispondo nesta data ainda de valores finais, sabemos que o défice nominal em 2013 ficará abaixo do limite estabelecido com os credores oficiais e não apenas por razões extraordinárias. De facto, a despesa pública registou um desempenho em linha com o objectivo, enquanto a receita corrente indirecta, mais ligada ao nível de actividade económica, apresentou um desempenho superior ao estimado conservadoramente pelo governo. Deste modo, é possível esperar que tenhamos reduzido o défice em três anos para quase metade do valor registado em 2010.

Nestes termos, é com moderado optimismo que encaramos a nova fase em que estamos prestes a entrar, saindo do resgate com que se iniciou a presente legislatura. Entraremos num período marcado pela transição para pleno acesso a financiamento de mercado e pelo regresso a um ciclo de crescimento da economia com condições como já não vivíamos há bastantes anos. De facto, afastados os receios de uns e os maus augúrios de outros em torno da espiral recessiva, o País vê-se finalmente a respirar um ambiente diferente e mais positivo, que abre caminho a um ciclo virtuoso de crescimento com a recuperação de emprego.

Sabemos bem o que queremos e o que precisamos fazer para o atingir. Queremos continuar a lutar pela recuperação de Portugal, mobilizando cada vez mais os Portugueses para um caminho de reconstrução da nossa estrutura económica e de reforço do nosso tecido social. Queremos prosseguir o caminho de abertura da nossa economia ao exterior, olhando para as

oportunidades do mercado interno europeu mas valorizando cada vez mais as plataformas da lusofonia económica e continuando a apostar nos mercados globais, aproximando cada vez mais Portugal dos centros mais dinâmicos do mundo, da Ásia à América Latina, como tem sucedido nos últimos dois anos. Precisamos, para esse efeito, de consolidar os pilares da diplomacia económica na internacionalização da economia portuguesa. Precisamos ainda de intensificar as políticas de reforço da competitividade e de aprofundamento da concorrência, dirigindo os incentivos adequados aos sectores mais abertos e dinâmicos, criando melhores oportunidades para a atracção de capital financeiro e humano, desenvolvendo o apoio a políticas amigas da inovação e do empreendedorismo, apostando no reforço das qualificações e da base científica e tecnológica.

Queremos também reforçar e alargar a base de coesão e mobilidades social e territorial no nosso País. Precisamos, neste sentido, de aprofundar o acordo social de médio e longo prazo entre os parceiros sociais, incluindo os do sector solidário. Precisamos, com eles, e com os partidos do arco da governação, de construir um memorando de confiança, assente num novo contrato de responsabilidade colectiva, que permita actuar sobre estratégias de crescimento e de emprego sustentáveis e que, simultaneamente, ajude a reequilibrar o esforço e a partilha de benefícios intertemporais entre as diversas gerações. Só uma postura de responsabilidade colectiva, em que os agentes sociais e políticos actuem no mais escrupuloso respeito pela sustentabilidade das políticas desenvolvidas, poderá salvaguardar o nosso País de, no futuro, se ter de debater com novos e gravosos períodos de emergência e de ruptura financeira.

Sabemos, no entanto, que precisamos de conjugar estes dois grandes objectivos com a necessidade de respeitar as novas regras europeias da disciplina orçamental e de coordenação económica, incluindo aquelas a que nos vinculámos com a assinatura do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação. É o cumprimento dessas regras que nos ajudará a libertar gradualmente o País do peso excessivo da dívida e do respectivo fardo fiscal, prosseguindo a mudança de paradigma económico que nos desvie do despesismo voluntarista, gerador de défices viciosos, e nos conduza ao rigor da frugalidade orçamental, geradora de excedentes virtuosos. E sabemos, sobretudo, que a dificuldade do exercício é grande dado que partimos de um nível de dívida acumulada muito elevada, que obriga a uma disciplina muito regular e persistente, e que limita mais do que gostaríamos as nossas escolhas colectivas, seja ao nível das políticas públicas, seja no que respeita às estratégias individuais.

Há, porém, uma grande diferença entre a situação que temos vivido, que é de resgate financeiro e de recessão prolongada, e a situação em que estamos a entrar de recuperação da nossa autonomia, mesmo tendo em conta que esta última pressupõe um processo exigente e lento, acompanhado de disciplina e de rigor. É que, enquanto a primeira tende a ser vivida como penalizadora das expectativas, se não mesmo como castigadora em razão das limitações

e dos sacrifícios impostos pelas carências reais, a segunda tende a ser sentida como libertadora das nossas amarras passadas e facilitadora da realização de um programa mobilizador de maior prosperidade.

O Partido Social Democrata tem representado, durante todo este tempo, um pilar muito forte sobre o qual assentaram a estabilidade e a previsibilidade políticas, indutoras privilegiadas de confiança. Enquanto principal partido da coligação que suporta o governo, o nosso Partido assumiu com resiliência a necessidade imperiosa de cumprir o Memorando e de dar um sentido efectivo e consequente aos sacrifícios pedidos aos Portugueses. Suportando custos políticos elevados por nunca renunciar ao rumo traçado para salvar Portugal do resgate, o PSD e os seus militantes mantiveram-se também muito unidos na defesa da acção política do governo, sem estados de alma nem hesitações. Enfrentando o populismo e a demagogia emergentes em muitos sectores políticos, o PSD conseguiu, com o seu parceiro de governo, reforçar a coesão partidária e governativa sem a qual a recuperação económica teria ficado em causa. Sem facilidades nem desculpabilizações, estivemos sempre na linha da frente a dar a cara pelas medidas mais difíceis e a enfrentar as resistências e as incompreensões que estes tempos invulgares e de excepção naturalmente geraram.

É justo reconhecer que, sem esta atitude, teríamos colectivamente falhado e não teríamos conseguido trazer o País até este limiar de recuperação. E é revigorando a nossa determinação para prosseguir este caminho que haveremos de, mais uma vez, e no ano em que comemoramos os nossos 40 anos de democracia, deixar bem vincada a nossa marca perante os Portugueses: nos momentos decisivos, sempre soubemos e saberemos colocar Portugal acima de tudo.

2. O Futuro Pós-Troika

À medida que nos aproximamos do fim do Programa de Assistência vamos ganhando maior consciência tanto das causas profundas dos problemas estruturais com que nos defrontámos, como das vicissitudes do Programa em si mesmo e dos aspectos mais marcantes da sua execução. Talvez por isso cresça também a noção de que, apesar de podermos concluir satisfatoriamente o Programa, o ajustamento da economia e a correcção das finanças públicas prosseguirão para além do Programa e todas as nossas dificuldades não desaparecerão como que por magia.

É muito importante vincar este aspecto do nosso futuro próximo: se precisámos de nos encher de determinação para enfrentar a emergência, precisaremos de redobrada vontade para não regressar ao ponto de partida e não deitar a perder os esforços já realizados. Até porque regressar ao ponto de partida implicaria sempre um quadro de restrições mais grave, enfrentando dificuldades imprevisíveis e provavelmente incontrolláveis.

No essencial, aqueles que passaram estes três anos, e quase desde os primeiros meses, a advogar a renegociação do Programa para não termos de aplicar as medidas mais difíceis e, assim, ficarmos com mais défice, mais dívida e sem reformas estruturais, na prática adoptaram a atitude que advogava o incumprimento e, conseqüentemente, a necessidade de um segundo resgate - já que quem não cumpre não merece confiança e sem confiança não há financiamento disponibilizado pelos investidores financeiros, pelo que não há dinheiro para pagar as responsabilidades e tem de se voltar a pedir emprestado aos credores oficiais. De modo geral, não acreditaram que o País fosse capaz de chegar ao fim da Assistência Económica e Financeira e, assim, apostaram na profecia da espiral recessiva e na incapacidade para recuperar a economia. Puseram-se, assim, numa situação em que os seus interesses políticos estavam em contradição com a recuperação económica do País e com a pertença ao euro.

Agora que se vêem desmentidos pelos factos, os mesmos aparecem recorrentemente para afirmar que o País não aguenta mais os custos sociais da trajectória de consolidação, advogando implicitamente o aumento dos gastos públicos, ou a redução prematura dos impostos, ou a renegociação da dívida e dos juros. Alguns acrescentarão, como já aconteceu, que a dívida é demasiado pesada para o futuro porque nos tolhe a capacidade para crescer duradouramente e que tem de ser a União Europeia a emitir dívida por nós para deixar espaço aos países para gastarem mais do que podem hoje gastar.

Na verdade, a lógica com que perspectivam o futuro do País no Pós-Troika é grosso modo a mesma que nos conduziu ao resgate em 2011 e que poderia efectivamente ter conduzido a um novo resgate se lhes tivéssemos dado ouvidos nestes três anos já que advogam a mesma política da bancarrota. Agora que estamos a chegar ao fim deste período sem cair na armadilha do incumprimento, o pior que nos poderia acontecer era criar uma fantasia piedosa que nos empurrasse para a situação de voltar a gerar a desconfiança dos investidores e com isso agravar os custos de financiamento ou mesmo pôr em causa o financiamento do Estado e da economia.

Para entrar no Pós-Troika com uma atitude de esperança e de confiança, a condição prévia é não alienar os resultados positivos que soubemos construir durante o Programa e, ao mesmo tempo, exibir consciência sobre as dificuldades que ainda temos para enfrentar e

mostrar determinação em não regredir, afirmando que não ficaremos à espera que seja o exterior a solucionar ou a impor os caminhos de solução dos problemas.

Por outro lado, o facto de termos estado sob influência do Programa da Troika pode ter dificultado, aos olhos de muitos Portugueses, a apreensão da evolução das políticas no seio da União Europeia no que respeita ao aprofundamento da União Económica e Monetária e às novas regras de disciplina financeira, coordenação e vigilância macroeconómica desenvolvidas durante o semestre europeu e no contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tanto na sua vertente correctiva como preventiva.

Por outras palavras, muitas pessoas poderão sentir-se um pouco frustradas por constatarem, após o termo do Programa, a persistência de muitas das regras que associavam ao regime da Troika, designadamente a necessidade de apresentar perante o Eurogrupo e o ECOFIN medidas incluídas em programas de estabilidade que sustentem uma trajectória de diminuição do défice público já não apenas para evitar os défices excessivos (superior a 3% do PIB) mas ainda para garantir o objectivo de médio prazo de um défice estrutural não superior a 0,5% - e que conseguem corrigir o desvio do seu rácio de dívida pública acima de 60% do PIB de acordo com um calendário acordado. Estas condições são, por exemplo, acompanhadas da obrigação de enviar previamente para Bruxelas, todos os anos, a proposta de Orçamento de Estado antes de ser submetido aos respectivos parlamentos nacionais com o objectivo de supervisão em que se verifica a sua conformidade com os programas de estabilidade, com os planos nacionais de reforma ou com as recomendações específicas dirigidas aos países. Ou seja, estes são exemplos de procedimentos e objectivos que estavam presentes também no nosso Programa de Assistência mas que não deixam de se aplicar generalizadamente no espaço da União Europeia ou dos Estados Membros signatários do Tratado Orçamental.

Assim, é importante compreender que também a União Europeia mudou com as lições da crise e que muitas das mudanças que operámos no decurso da resposta à crise constituem regras novas que não devemos ver como estando associadas à excepcionalidade mas que são a nova normalidade. Na Europa, como em Portugal, os desequilíbrios têm de ser prevenidos e combatidos e a direcção tomada para esse efeito implica que todos devem respeitar os princípios da disciplina orçamental e da correcta gestão da dívida, bem como da execução de reformas que promovam a competitividade e o emprego.

Portugal, ao ter, como outros países europeus, uma dívida muito elevada e ainda um défice excessivo, precisará no Pós-Troika de prosseguir os esforços de redução do seu défice público e de construir (rapidamente) uma trajectória de geração de excedentes orçamentais que lhe permitam diminuir o seu rácio de dívida (que será um processo necessariamente demorado). Além disso, e dadas as medidas de natureza fiscal que tiveram de ser adoptadas

nesta fase, a disciplina orçamental com impacto na reforma duradoura e estrutural da despesa pública deverá ainda permitir aliviar a carga fiscal sobre as famílias e as empresas de modo a consentir um maior financiamento privado dirigido ao crescimento da economia.

O Pós-Troika evolve ainda um esforço renovado para continuar e aprofundar o processo de reforma estrutural na economia e no Estado que já foi iniciado nestes últimos anos e que procura ir ao encontro da correcção de fragilidades estruturantes (o declínio demográfico, insustentabilidade da segurança social, fraco capital social e défice de qualificações, insuficiência de capital financeiro, ineficiência de todo o sistema institucional, baixa produtividade dos factores, demasiada assimetria na distribuição da riqueza, persistência da pobreza, demasiada concentração espacial das actividades humanas, fraco nível de descentralização de funções públicas, elevado grau de litigiosidade entre outros).

Este processo de reforma, muitas vezes de carácter contínuo, beneficia extraordinariamente em ter uma base tão alargada quanto possível de entendimentos transversais aos parceiros económicos e sociais e entre os partidos políticos. A nossa capacidade para produzir entendimentos que, não anulando as diferenças, saiba gerir as divergências pode ser determinante para facilitar e ampliar os efeitos multiplicadores das reformas a empreender. E seguramente é muito importante para gerar confiança e previsibilidade que diminuem o risco do lado do financiamento externo e do investimento e que aumentam a qualidade da cidadania e da própria democracia.

Neste sentido, o PSD deverá redobrar o seu empenhamento, junto do seu parceiro de governo, o CDS-PP, mas também junto do principal partido da oposição, o Partido Socialista, para conseguir mobilizar uma estratégia de maior aproximação e consensualização possível das reformas a executar nos próximos anos. Numa base orientada pelo realismo político e pela necessidade de acelerar processos de transformação e de mudança social e económica, deveremos estender esta polarização orientada pela inserção europeia e pela pertença lusófona ao maior e mais relevante leque possível de agentes e parceiros sociais, numa perspectiva de reforço da concertação estratégica de que todos poderemos beneficiar num futuro mais próximo.

Aqui, e apesar da proclamação da discordância no plano discursivo, é justo reconhecer que os parceiros sociais têm mostrado uma maior capacidade de compromisso com o governo do que o Partido Socialista, que tende a ver o compromisso e a cedência como um sinal de fraqueza ou de submissão estratégica. Infelizmente, quando não trouxe exigências negociais construídas no puro irrealismo da avaliação das possibilidades materiais do País, o Partido Socialista reivindicou a convocação de eleições antecipadas, mostrando-se indisponível para encetar um processo maduro e conseqüente de compromisso político que preservasse a

estabilidade e a confiança. A reforma do IRC foi, neste capítulo, um dos raros exemplos de que todos beneficiámos e que deveria ser alargado a muitas outras matérias de relevo, como as anteriormente enunciadas.

Finalmente, o Pós-Troika pressupõe um fecho do Programa que acautele o processo de transição para pleno acesso a financiamento de mercado. Até Maio, portanto, o País deverá, junto dos credores oficiais e dos seus parceiros europeus, avaliar as condições objectivas que determinarão a melhor solução de transição, sendo por enquanto prematuro fazer qualquer exercício de ponderação sobre tais condições objectivas. Porém, independentemente desse quadro que oportunamente ficará clarificado, sabemos de antemão que o principal problema com que teremos de lidar nos anos subsequentes ao fecho do Programa é o do comportamento das taxas de juro da dívida portuguesa que determinam o custo do financiamento externo e o da eventual volatilidade dos mercados que as afectem negativamente.

Sabemos, desde o início do Programa, que para lidar com este problema beneficiando do apoio dos nossos parceiros europeus, necessitaríamos de mostrar uma avaliação positiva do nosso desempenho no cumprimento do Programa, condição que inequivocamente preenchemos ao longo de todas as avaliações trimestrais com a Troika. Veremos no tempo próprio, com os nossos parceiros, se e em que termos esse apoio poderá ser prestado. Contudo, também sabemos que cabe a nós próprios avançar com a definição de uma estratégia de médio prazo que facilite a percepção de menor risco para o País e que facilite a transição para mercado.

Isto recomenda-nos, no contexto da estratégia orçamental de médio prazo que deveremos construir, a definir o mais rapidamente possível um compromisso efectivo e plurianual para a diminuição do peso da despesa pública que assegure que passaremos da lógica do défice para a lógica do excedente orçamental, e que mostre a nossa determinação na diminuição consistente da dívida pública. Também aqui todos teremos a beneficiar no País se um entendimento alargado for encontrado no seio do sistema político, envolvendo designadamente o principal partido da oposição.

3. Prosseguir O Caminho Das Reformas Estruturais E Da Reforma Do Estado

O caminho que iniciámos, ainda em 2011, adoptando uma agenda de transformação estrutural da nossa economia e de reforma do Estado é decisivo para elevar no médio prazo o potencial de crescimento no nosso País. Segundo a OCDE, o nosso programa de reformas poderá incrementar em mais de 3,5 pontos percentuais a taxa de crescimento da economia até 2020.

As reformas imprimiram mais flexibilidade e um maior grau de abertura da nossa economia em face do contexto global, reforçando a concorrência e a regulação e diminuindo as rendas em sectores tradicionalmente protegidos, bem como diminuindo as barreiras e favorecendo a mobilidade e a capacidade de atracção de capitais na actividade económica. Apesar de alguns dos resultados já estarem à vista em termos de melhoria da competitividade, sabemos que o impacto destas reformas tende a aumentar nos anos mais imediatos, sendo importante acompanhar e monitorizar a sua aplicação de modo a medir e ajustar melhor os seus efeitos desejados.

Entretanto, torna-se necessário completar e ir mais longe no escopo destas reformas, sobretudo tendo em conta as competências e as qualificações dos recursos humanos, as políticas de inovação e de promoção de I&D e a competitividade territorial.

Por outro lado, é sabido que o processo de reforma do Estado precisa de ganhar uma base mais compreensiva e profunda do que a situação de emergência consentiu. Por essa razão o governo empreendeu uma abordagem sistémica com os parceiros sociais e com os partidos representados no Parlamento destinado a fechar um Guião para a Reforma do Estado que, não ignorando o muito que já se realizou entretanto neste plano, pudesse fornecer uma linha estratégica a ser desenvolvida nos próximos anos de modo a satisfazer a exigência e ambição que os Portugueses sentem em ter um Estado que pese menos, tanto em termos financeiros como em termos de impacto burocrático, mas que seja mais forte na defesa do interesse público e esteja mais ao serviço dos cidadãos.

Vale a pena recordar, no entanto, que aspectos muito relevantes deste processo de reforma do Estado estão já em marcha e, em certos casos, executados ou em execução. São disto exemplo os casos de políticas públicas em áreas de soberania, como a Justiça, a Defesa Nacional ou a Diplomacia. Nos dois primeiros casos, estamos a tratar de reformas amplamente reclamadas há demasiados anos e que finalmente viram a luz do dia. No último caso, estamos a falar da chamada diplomacia económica que permitiu uma maior integração da rede externa das estruturas públicas especializadas na promoção e internacionalização da economia portuguesa na rede diplomática.

A reforma na área da Defesa Nacional está definida na Resolução do Conselho de Ministros “Defesa 2020” e compreende um conjunto de transformações nas Forças Armadas visando o seu redimensionamento e a racionalização de toda a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os ramos das Forças Armadas e uma maior eficiência na utilização de recursos. Esta reforma compreende ainda, além de mudanças importantes na área do ensino e da saúde, a reestruturação dos estabelecimentos fabris do Exército e nas indústrias de defesa. Deste modo, será possível garantir, nas novas circunstâncias orçamentais do futuro, um produto operacional adequado que sirva os objectivos contidos no Conceito Estratégico de Defesa Nacional entretanto aprovado pelo Parlamento e que salvguarde o prestígio das nossas Forças Armadas.

Quanto à reforma da Justiça trata-se, sem dúvida, da transformação mais importante e de maior fôlego executada na nossa vida democrática, com efeitos profundos no exercício dos direitos e da cidadania, bem como no dinamismo económico. Do ponto de vista estrutural, temos hoje uma nova lei de organização do sistema judiciário que desenha um novo mapa judiciário e reforça o acesso à Justiça por parte dos cidadãos. Temos também um novo regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais que promove a especialização e que garante o aumento da eficácia do sistema, nomeadamente ao definir uma gestão por objectivos. Por outro lado, adoptámos novos códigos muito importantes para o funcionamento da justiça aos olhos dos cidadãos (do Processo Civil e do Processo Penal), aprovámos a reforma da acção executiva, a lei da arbitragem voluntária e o regime jurídico da mediação, alterámos o código da insolvência e da recuperação de empresas. Estão ainda em processo de ultimateção o código do procedimento administrativo, o estatuto dos tribunais administrativos e fiscais e o código do processo dos tribunais administrativos.

Noutros domínios também o processo de reforma do Estado conheceu avanços muito significativos nestes últimos três anos. PREMAC, Selecção e Recrutamento para a Administração Pública (nomeadamente com a criação da Cresap), Finanças Públicas (com lei dos compromissos, alterações à lei de Enquadramento Orçamental para reflectir novas directrizes emanadas do Tratado Orçamental, lei das Finanças Regionais e lei das Finanças Locais, criação do Conselho de Finanças Públicas), Reforma da Tributação Corporativa (IRC), estratégia de combate ao Défice Tarifário, reforma do Sector Empresarial do Estado, renegociação das PPP, Administração Local e Reorganização Territorial Autárquica (com nova lei das atribuições e competências, novo enquadramento legislativo para as comunidades intermunicipais, a redução e novas regras para as empresas municipais e a agregação de freguesias), Licenciamento Industrial, Ordenamento do Território e Avaliação de Impacto Ambiental, entre outras, foram áreas de importante reforma já iniciada e em curso ou concluída.

Por fim, deve ter-se em conta que políticas públicas de largo espectro como a Saúde, a Educação e a Segurança Social têm vindo a realizar importantes correcções que, sobretudo em tempos de crise económica e social como a que temos vindo a viver, são decisivas para garantir a defesa do Estado Social e a sua sustentabilidade financeira. Respectivamente, tiveram como objectivos centrais o aumento da eficiência do Serviço Nacional de Saúde e do acesso aos cuidados de saúde, em particular dos membros mais vulneráveis da nossa sociedade; a melhoria da qualidade e da exigência da escola pública; e a mobilização de recursos públicos e de apoios sociais para as pessoas que mais deles precisam.

Como já se referiu anteriormente, não poderá deixar de se considerar como um contributo relevante para a sustentabilidade, e também para a justiça social, o combate à fraude nos diferentes sistemas. No âmbito da Segurança Social importa realçar que o combate a evasão contributiva conheceu valores recordes nomeadamente em cobrança coerciva.

Mais fundamentalmente, os esforços para garantir a sustentabilidade dos sectores sociais passaram por profundas reformas, que no caso da saúde incluíram a consecução de ambiciosas e bem sucedidas negociações com a indústria farmacêutica, gerando reduções significativas de custos para o Estado e para os cidadãos com base no estreitamento das margens de lucro deste sector empresarial. Por outro lado, na Segurança Social aprofundaram-se os mecanismos legais e operacionais de aplicação de condição de recurso no acesso a prestações sociais de solidariedade, garantindo-se que beneficiariam das mesmas aqueles que efectivamente careciam desses apoios. A par desta exigência no âmbito de prestações de solidariedade foram reforçados os mecanismos de robustez do sistema previdencial. No entanto, estas alterações não dispensam uma mais profunda reforma, nomeadamente do sistema de pensões com o propósito de garantir a confiança e a solidez no médio e longo prazo.

4. A Concretização Da Agenda Para O Crescimento E O Emprego

Como se afirmava na moção global de estratégia em 2012, a “consolidação orçamental, sendo fundamental, não é um fim em si mesmo, nem é a nossa única preocupação. É instrumental conforme já foi explicitado. Em primeiro lugar, porque o objectivo da consolidação financeira é o da libertação de recursos, hoje consumidos pelo défice e pela dívida, para o sector produtivo, impulsionando o crescimento e o emprego. Em segundo lugar, porque, olhando para os factores de crescimento, facilmente se constata que o nosso problema é

estrutural e que não se resolverá sem uma alteração radical do nosso modelo de desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento verde, inteligente, inclusivo e competitivo.”

Passados dois anos é importante reconhecer que estas orientações apontadas na estratégia do PSD tiveram desenvolvimento na acção do governo. De facto, após consulta aos parceiros sociais e aos partidos com assento parlamentar, o governo aprovou a estratégia de o fomento industrial para o crescimento e o emprego cuja execução se iniciou ainda no final do ano passado. Esta estratégia traça metas importantes até 2020: aumento do potencial de crescimento, aumento das exportações, reforço do peso da indústria na economia, melhoria do contexto de investimento; aumento do nível de emprego e reforço do investimento em I&D&I. Para esse efeito, definem-se nove eixos de actuação (consolidação e revitalização do tecido empresarial, estabilização da procura interna, qualificação dos recursos humanos, financiamento, promoção do investimento, competitividade fiscal, internacionalização, inovação, empreendedorismo e I&D e infraestruturas logísticas) ao longo dos quais se discriminam e calendarizam medidas concretas, cuja execução pode e deve ser monitorizada.

Se, por um lado, esta estratégia constituirá uma trave mestra para o fomento de emprego duradouro, por outro lado, a resposta do Estado não se confina a esta estratégia no que diz respeito ao reforço dos mecanismos de empregabilidade dos jovens. A este propósito importa recordar que o Programa Impulso Jovem constituiu um relevante instrumento de integração dos jovens no mercado de trabalho e que, em 2014, o Programa Garantia Jovem constituirá um novo e poderoso instrumento de alavancagem de acesso dos jovens a uma oportunidade de ocupação profissional, de aquisição de competências efectivamente recompensadas pelo mercado de trabalho e também de regressar aos estudos que tenham sido interrompidos.

Entretanto, um dos aspectos críticos desta estratégia ambiciosa de fomento industrial, é que ela se constitui como um pilar para a preparação do próximo ciclo de fundos europeus (2014-20) e que é essencial para relançar o País numa trajetória de crescimento sustentável, em especial nos sectores de produção de bens e serviços transaccionáveis e internacionalizáveis. Tratando-se de uma das mais importantes fontes de financiamento para a economia portuguesa nos próximos anos e estando a preparação do acordo de parceria com a União Europeia muito direccionado para a competitividade da economia portuguesa, este novo quadro financeiro deve estar orientado por princípios de governação dos fundos que melhorem a qualidade do investimento a realizar.

Em particular, é sabido que o governo decidiu já criar uma instituição financeira especializada que irá gerir a componente de fundos reembolsáveis, cuja dimensão, pela primeira vez no nosso país, adquirirá um nível muito significativo do total de fundos

disponíveis. Deste modo, a selecção de projectos estará muito orientada por princípios de racionalidade económica que privilegiem o mérito e o retorno económico dos investimentos, permitindo reciclar os fundos para apoio a um maior número de projectos de investimento ao longo do tempo e, em simultâneo, incrementar o aparecimento de projectos geradores de riqueza e de empregos sustentáveis.

Por fim, também na área do desenvolvimento verde as linhas de orientação traçada na moção de estratégia de 2012 têm merecido o acolhimento na acção governativa. Tal como constava da estratégia de 2012, “é necessário reconhecer a relevância crescente da economia verde” portadora de uma “revolução tecnológica conducente a uma economia de baixo carbono”. Torna-se, por isso, indispensável trabalhar melhor para atingir as metas e criar os instrumentos de redução das emissões de gases de efeito de estufa, num quadro de equidade de esforços entre todos os sectores e num contexto de ponderação de custo-eficiência.

Aguarda-se, nesse sentido, que o governo possa agora prosseguir na prossecução de uma reforma fiscal verde que, sem agravar a carga fiscal global para as famílias e as empresas, produza uma redistribuição dos incentivos fiscais adequados a promover uma economia de baixo carbono.

5. Uma Agenda Para A Natalidade

A demografia na perspectiva da fecundidade, da natalidade, do envelhecimento activo e da distribuição geográfica adquiriu uma urgência de abordagem e de tratamento sistémico por parte do Estado e da Sociedade. Para vencermos este grande desafio, que se projecta num horizonte temporal muito alargado, precisamos de uma coligação sem precedentes entre o Estado e a Sociedade. Trata-se de um problema que ameaça a nossa concepção de comunidade política e dos seus equilíbrios sociais, assim como mina as fundações da sustentabilidade da nossa economia, dos sistemas sociais e dos territórios. Não é apenas um problema especificamente nacional, já que atravessa a generalidade dos países europeus e muitos outros em regiões mais distantes do mundo. O que significa que teremos de coordenar uma estratégia nacional com uma política europeia a este respeito. Para este efeito, queremos iniciar um processo de europeização de respostas em termos de políticas públicas a um problema que é verdadeiramente europeu.

O impacto das tendências demográficas não se esgota nas questões financeiras de sustentabilidade das instituições do Estado social. As repercussões do problema são muito mais profundas. Apontam para transformações muito sérias da nossa sociedade e implicam a imposição de bloqueios graves às nossas possibilidades futuras de crescimento económico.

Com esta preocupação, o Governo no âmbito das novas perspectivas financeiras europeias para 2014/2017 já inscreveu a demografia nas várias vertentes já mencionadas como um constrangimento estratégico para Portugal que importará vencer com recurso a respostas financiadas pelo Portugal 2020.

Devemos elevar este problema a questão estratégica nacional, que implica a articulação e coordenação de políticas públicas em várias áreas da governação: desde a fiscalidade até à conciliação do trabalho com a vida familiar. Até porque as causas deste fenómeno são multifacetadas e estão longe de se resumirem às circunstâncias económicas da vida das pessoas. A redução da dimensão da “família ideal”, tal como é demonstrado em estudos de opinião, ou a alteração dos estilos de vida que ocorreram nas últimas décadas indicam que precisamos de ponderar uma combinação de políticas públicas e de participação da sociedade civil que possa produzir os efeitos desejados.

A política não pode ficar de fora do debate sobre a desestruturação da cidadania. A sociedade portuguesa não está imune a alguns sintomas da cultura materialista e individualista: o empobrecimento do bem-comum e da cidadania, a sedução da apatia, da indiferença e dos direitos sem deveres, a preferência pelo relativismo em detrimento dos valores perenes, a deriva dos oportunismos à custa do aniquilamento da responsabilidade, o culto da gratificação imediata e da consideração de curto prazo em desfavor da reflexão prospectiva, a apropriação excessiva dos direitos das gerações futuras por parte das actuais gerações, a falta de sentido comunitário.

Nos seus quarenta anos de história, o PSD foi um partido liderante na confrontação com os grandes problemas nacionais e mais uma vez liderará um profundo e alargado debate na sociedade portuguesa na busca de respostas sistémicas e eficazes capazes de inverter o ciclo de declínio demográfico, gerar mais e maior integração dos seniores num envelhecimento activo e ainda proporcionar uma distribuição geográfica da população que promova o equilíbrio e coesão territorial. Queremos fazê-lo integrando o complexo debate científico em curso na Europa e no resto do mundo. E queremos também aprender com as experiências mais ou menos recentes que alguns países têm levado a cabo.

6. O Novo Ciclo Político Eleitoral

O Congresso Nacional do PSD abre um novo mandato para os órgãos nacionais e para a sua liderança que coincide com o novo ciclo eleitoral que se inicia este ano com a realização das eleições para o Parlamento Europeu e compreende depois as eleições legislativas em 2015 e as eleições presidenciais em 2016.

As eleições europeias ocorrerão num momento em que as perspectivas de recuperação económica parecem estar a consolidar-se. Nestes últimos anos, e na sequência da crise financeira que eclodiu em 2008 e 2009, a Europa atravessou uma das crises mais sérias das últimas décadas e, seguramente, a mais difícil desde que o Euro foi criado. Tal como em Portugal, vários outros países europeus atravessaram crises económicas profundas que foram espoletadas pelo impacto da crise financeira global, mas que revelaram fragilidades de natureza estrutural traduzidas em défices de competitividade preocupantes. O facto de vários países europeus com uma moeda comum terem revelado incapacidade para se financiar em face do agravamento da sua dívida soberana acabou por se transformar num factor de contágio e perturbação em toda a zona do Euro, mas também na União Europeia no seu todo.

A crise chamada da dívida soberana acabou por significar crise do Euro e muitos foram os que apostaram que a Moeda Única não resistiria à crise, colocando em causa inclusivamente a própria ideia de Europa que tínhamos desde Maastricht. No fundo, o que a crise mostrou foi também a debilidade da própria construção do edifício europeu e da união económica e monetária, e que a reforma dos tratados e o Tratado de Lisboa deixaram por resolver. Apesar de uma moeda única e de um pacto de estabilidade e crescimento que deveriam apontar para uma maior integração e convergência das políticas económicas, a Europa não conseguiu prevenir os desequilíbrios da dimensão dos que foram expostos pela crise. E, em face da situação de aflição em que muitos países se encontraram, e para a qual não dispunham de mecanismos ou instrumentos nacionais para lhe fazer face, verificou-se que a União Europeia também não dispunha de qualquer mecanismo de gestão de crises que possibilitasse uma resposta pronta e adequada à pressão financeira e à emergência económica.

Nestes cinco anos, no entanto, deram-se passos decisivos para a superação de várias das debilidades e imperfeições institucionais apontadas. O BCE, dentro das suas competências próprias, interveio de molde a defender a estabilidade financeira da zona Euro e a fornecer ao sistema a liquidez necessária. Criaram-se fundos numa base mutualizada e novas instituições para os gerir de forma a prestar apoio aos países em dificuldades. Reforçaram-se as regras de governação, coordenação e supervisão económicas e de disciplina orçamental e financeira, nomeadamente através de regulamentos comunitários e da adopção do chamado Tratado Orçamental. Apontou-se para a criação de uma União Bancária, cuja ambição precisa de ser reforçada, e que prevê um mecanismo único de supervisão e um mecanismo único de resolução, acompanhado de um fundo de resolução.

É, assim, natural que as eleições europeias sejam uma oportunidade para fazer o balanço destas transformações ocorridas na luta contra a crise e para medir o grau de ambição que os europeus acalentam para o futuro. O PSD compromete-se a assumir, neste debate eleitoral que vai ter lugar, uma ambição europeia que contribua para reforçar a unidade, a solidariedade e a responsabilidade no seio da Europa e nas instituições europeias, reafirmando a necessidade de reforçar o método comunitário em detrimento do método intergovernamental, aprofundando e libertando mais o mercado interno, levando mais longe a União Bancária, reforçando a coesão social entre as economias europeias, abrindo ainda mais a União ao mundo global.

O PSD deverá apresentar-se nestas eleições em lista conjunta com o CDS-PP, que de resto faz parte da mesma família europeia, o PPE. Na sequência da situação política que culminou com a remodelação do Verão de 2013, os líderes dos dois partidos da coligação entenderam que deveriam propor aos respectivos partidos a lista conjunta para estas eleições, em sinal público de comprometimento e de coesão da coligação no cumprimento do seu mandato de governo. Competirá aos órgãos de direcção política dos dois partidos negociar os termos do acordo a submeter ao Conselho Nacional oportunamente. Ao fazê-lo, o PSD apresentará um programa eleitoral em conjunto também, que traduza um espírito positivo e uma ambição renovada para o processo de construção europeia, tendo a coragem de não fugir aos problemas e não cedendo à demagogia e aos populismos nascentes em muitos sectores europeus e que ameaçam uma Europa livre, aberta, solidária e responsável como a que defendemos.

Quanto às eleições legislativas que ocorrerão em 2015 no termo do mandato, elas serão decisivas para reforçar o rumo de recuperação e de transformação económica que o governo liderado pelo PSD tem prosseguido. O PSD e a sua actual liderança estão convictos de que a sua acção política e governativa foi determinante para evitar que a Assistência Económica e Financeira pudesse ser dispensada e não renovada, como teria de acontecer caso tivéssemos

soçobrado perante a crise e as contrariedades políticas enfrentadas ou caso tivéssemos seguido as recomendações de quem defendia a renegociação ou o incumprimento. Em coligação com o CDS-PP, o PSD emprestou a força política necessária para que o actual governo actuasse de modo decidido para defender os interesses do País e lançasse as bases para um futuro de maior prosperidade para todos.

Os graves desequilíbrios que herdámos acumularam-se durante demasiados anos e, portanto, é natural que a recuperação consistente que estamos a realizar necessite de um tempo de maior profundidade e de estabilidade que só uma segunda legislatura pode proporcionar. De facto, estes primeiros anos que se seguirão àquela que foi a mais grave crise que a Nação enfrentou em muitas décadas, e seguramente à mais grave da nossa vida democrática, são essenciais para garantir que não iremos regredir e desperdiçar os enormes esforços e sacrifícios que colectivamente realizámos. Precisamos de ser persistentes no esforço de diminuir a nossa dívida e de libertar os Portugueses da ameaça da falta de financiamento e da falência do Estado Social. E precisamos de completar um programa de transformações que trará o impulso que necessitamos para não voltar a passar pelo que passámos e democratizar, de modo irreversível, a nossa economia.

É nossa profunda convicção que apenas um governo liderado pelo PSD pode corresponder a essa determinação, que mantenha o rumo de que o País precisa para consolidar os resultados alcançados e impulse ainda mais a agenda de mudança já iniciada. Como já foi referido por personalidades independentes do governo, estamos a fazer o que já deveríamos ter feito há muitos anos. Se o País tivesse tido, por parte daqueles que exerceram a responsabilidade de governo durante muitos anos, a coragem e a liderança exigidas pelas reformas necessárias, talvez a crise de que estamos finalmente a emergir não tivesse adquirido a gravidade que esta assumiu. Após as eleições, não serão esses certamente os que melhores garantias darão de poder prosseguir as mudanças que não souberam ou não quiseram então realizar, ou mesmo que quiseram travar quando era indispensável e urgente prosseguir.

O PSD encara, pois, as próximas eleições legislativas como uma etapa natural no caminho de democratização e abertura da economia e da sociedade portuguesas que o actual governo iniciou e que necessita ser prosseguido na próxima legislatura – porque, como afirmámos no início da presente legislatura, o ciclo de reformas de que necessitamos não é susceptível de ser completado nos quatro anos dominados pela emergência nacional. Assim, neste enquadramento político especial, o PSD não exclui que venha a avaliar, oportunamente, a possibilidade extraordinária de concorrer a essas eleições em coligação pré-eleitoral com o seu actual parceiro de coligação. A ponderação de uma tal possibilidade, obviamente, deverá decorrer de uma análise ulterior a efectuar pelos órgãos próprios e pelas lideranças dos dois Partidos em espírito de cooperação e respeito pela autonomia de cada um.

As eleições presidenciais são o último acto politicamente relevante deste novo ciclo eleitoral. Ao contrário do que sucedeu nas últimas eleições, em que se colocou a possibilidade de recandidatura de um Presidente cujo mandato merecia, como tem merecido novamente, o reconhecimento e a adesão do PSD, nas eleições de 2016 irá ter lugar necessariamente a eleição de um novo Presidente, cujo perfil e entendimento sobre o papel institucional da Presidência da República será de toda a relevância no quadro político em que o País se irá mover na próxima legislatura.

Aníbal Cavaco Silva tem encarnado uma visão do papel do Presidente da República em que o PSD globalmente se revê. Apesar das diferenças naturais quanto às medidas de política que por vezes possam existir, o Presidente tem desenvolvido uma acção de cooperação estratégica e institucional com os governos constitucionais e com os outros órgãos de soberania que vai ao encontro do desejo dos Portugueses de o verem a desempenhar um papel construtivo e positivo que possa impulsionar, e não complicar ou bloquear, as soluções de que o País carece e por cujas preferências o País patenteia nas escolhas efectuadas noutros actos eleitorais.

Nessa medida, ainda, o Presidente deve comportar-se mais como um árbitro ou moderador, movendo-se no respeito pelo papel dos partidos mas acima do plano dos partidos, evitando tornar-se numa espécie de protagonista catalisador de qualquer conjunto de contrapoderes ou num catavento de opiniões erráticas em função da mera mediatização gerada em torno do fenómeno político. Não podendo eximir-se da crítica, não deve buscar a popularidade fácil, nem furtar-se ao exercício corajoso de uma influência mais ou menos discreta em razão das circunstâncias e das questões políticas, mas efectiva e real, ainda que possa não obter a aprovação generalizada dos protagonistas políticos em confronto. Não podendo ter partido, para ser isento e manter o seu espaço próprio de reserva de competência respeitado, também não pode colocar-se contra os partidos ou os governos como se fosse apenas mais um protagonista político na disputa política geral.

Uma personalidade que possa encarnar uma tal visão do papel do futuro Presidente da República não pode, por razão óbvia, resultar da escolha de qualquer directório partidário. A iniciativa de candidatura deve partir dos potenciais candidatos e deve representar e traduzir uma substância política própria, aferida pelo seu percurso político consistente e pelo reconhecimento e identificação dos valores com que se apresente.

Há muitos anos que se tornou normal que personalidades com origem nos partidos sejam eleitos pelos Portugueses para Presidentes da República. E, não sendo obrigatório numa democracia que se limite aos partidos o quadro da intervenção política e de cidadania, é

natural que existam personalidades, com a qualidade e espessura requeridas ao candidato presidencial, no âmbito da experiência partidária.

O PSD, nestes termos, formalizará, na altura própria e nos órgãos estatutariamente competentes, quer o perfil desenvolvido que considera adequado ao entendimento do papel do Presidente da República no nosso sistema constitucional, quer ainda o apoio a conceder a um futuro candidato presidencial que se apresente no respeito por este perfil.

Finalmente, o PSD procurará consensualizar junto do seu parceiro de coligação, o CDS-PP, uma reforma do sistema político que responda ao preocupante distanciamento dos cidadãos face às instituições representativas. Nesse sentido, queremos corresponder ao que já fora sinalizado na moção de estratégia apresentada ao XXXIV Congresso do PSD. Na citada moção era possível ler-se que era “importante reforçar a proximidade entre cidadãos eleitores e eleitos, e assim aumentar a credibilidade do sistema”, designadamente no que dizia respeito à Assembleia da República. Em concreto, a moção dizia – e esse permanece o nosso objectivo – que “defendemos a introdução de mecanismos de personalização das escolhas pela via da consagração do voto preferencial opcional, mecanismos que requerem a reconfiguração dos círculos eleitorais, de modo a combinar a existência de um círculo nacional com círculos locais de menor dimensão, onde o eleitor tem um voto nominal escolhendo o seu candidato preferido, além da escolha do partido da sua preferência”. E continuamos a defender que a alteração da lei eleitoral com esse propósito “deve ser procurada em conjunto com o nosso parceiro de coligação e com o Partido Socialista” e “deve ser conjugada com uma redução do número de deputados que, sem pôr em causa a representação proporcional, facilite a eficácia da intervenção política e parlamentar dos deputados eleitos e promova a maior operacionalidade e eficácia do próprio Parlamento”.

7. Os Quarenta Anos Da Democracia Portuguesa E Do Partido Social Democrata

O PSD representa hoje, para muitos Portugueses, a esperança na superação da emergência nacional e a força liderante responsável por este processo de democratização da nossa economia que se está a desenvolver de modo conjugado com a agenda de transformação estrutural da sociedade portuguesa mais ambiciosa desde o 25 de Abril.

Em 2014 comemoramos precisamente o quadragésimo aniversário da Revolução democrática e do nosso partido. Há quarenta anos, Portugal uniu-se para fundar um regime democrático, quebrar o isolamento do País e criar uma sociedade mais justa e mais próspera. Certamente que haverá no espaço público uma pluralidade de visões e de balanços do que têm sido estas últimas quatro décadas. Mas não devemos duvidar de dois aspectos fundamentais. Primeiro, que a Revolução da democracia e da liberdade foi feita para todos os Portugueses e que todos devemos estar orgulhosos desse momento marcante da nossa vida como povo. Segundo, que, apesar das dificuldades e das frustrações que num período como o que atravessamos se fazem sentir de modo mais expressivo, esse balanço é, de todos os pontos de vista, francamente positivo. Apesar de alguns resultados menos favoráveis que tivemos nas últimas décadas, como o desperdício considerável dos sucessivos Quadros comunitários de apoio, a circunstância de termos sido forçados a pedir auxílio externo por três ocasiões, as desigualdades sociais que subsistem, ou a divergência da nossa trajectória de crescimento relativamente ao resto da Europa, a verdade é que exactamente por sermos uma sociedade democrática podemos aprender as lições de todos esses excessos e de todas essas lacunas. E nunca nos esquecemos que, não só a democracia e a liberdade são para nós inegociáveis, como hoje somos uma sociedade europeia que se quer abrir ainda mais ao mundo e incomparavelmente mais desenvolvida do que antes de 1974. Comemoramos os quarenta anos da Revolução com a satisfação de sermos herdeiros de uma mudança que o País consumou e com uma confiança renovada no futuro da nossa democracia, da nossa liberdade e da nossa prosperidade.

O PSD teve um papel fundamental e liderante em todo este período. Com a acção inspiradora do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, batemo-nos desde a primeira hora, e sem ambiguidades, por uma democracia representativa constitucional, por uma economia social de mercado e por uma sociedade genuinamente livre e aberta. Recusámos e combatemos a ameaça dos projectos totalitários que algumas forças políticas acalentaram e, juntamente com outros partidos, ajudámos a colocar o País no caminho da Europa. Fomos determinantes no aprofundamento das autonomias regionais e do poder local, que constituem duas dimensões essenciais da nossa democracia que não pode ser ignorada. Assumimos responsabilidades governativas em momentos cruciais da nossa história democrática. Liderámos as revisões constitucionais que libertaram a nossa sociedade e a nossa economia do sufoco estatizante e presidimos, após à adesão à então Comunidade Económica Europeia, a um período de transformação e modernização das infraestruturas e do tecido produtivo, de expansão do Estado social e de promoção da educação.

Devemos aproveitar o quadragésimo aniversário do PSD para comemorar também a fidelidade que soubemos manter e cultivar aos valores e princípios essenciais que nos

caracterizam. Os militantes e simpatizantes do PSD têm demonstrado nestes últimos três anos a força e a densidade dos valores da responsabilidade, da resistência à demagogia e ao populismo, do realismo político e da dedicação ao interesse nacional. O exemplo que têm dado de maturidade democrática, de clarividência e de liberdade em momentos tão difíceis como os que temos vivido é o melhor testemunho de que essa herança que recebemos do passado está bem viva. Este não foi o único período em que tivemos de estar acima da irreflexão, da precipitação e da demagogia. Foi também assim no passado – foi também assim em todos os momentos em que melhor servimos o nosso País.